

O DEUS QUE NÃO EXISTE

Frei Alberto Maggi

Desde que o doutor Svarca me convidou para este encontro - encontro que provocou apreensão em certos ambientes e, noutros, alguma preocupação - dei por mim a pensar no tema proposto: “o deus que não existe”. A minha atenção, então, fixou-se em três afirmações que passo a enumerar: no dia 22 de Abril, Rita Montalcini, grande mulher e grande cientista que completou 100 anos em esplêndida forma intelectual e moral, quando lhe foi perguntado se acreditava, ou não, num Deus respondeu: «Invejo quem tem fé. Eu não creio em Deus. Não posso acreditar num Deus que dá prémios e que castiga».

Quase idêntica foi, uma semana mais tarde, a resposta de Michele Serra que, num artigo do jornal Repubblica, fazendo referência aos fanáticos religiosos, tanto cristãos como muçulmanos, para os quais a gripe suína era um castigo de Deus, escreveu: «Uma das provas da inexistência de Deus, pelo menos esse Deus pedante e mau, invocado nestes casos, reside no facto que nenhum dos seus sequazes na terra foi fulminado no preciso momento em que disse tamanhas barbaridades.» (Michele Serra, La Repubblica, L'amaca, 29 aprile 2009).

Pensei também no Padre Lívio, o famigerado responsável da Rádio Maria que, no seu delirante comentário quotidiano, afirmou que com o terramoto em Abruzzo, o Senhor quis associar os homens aos seus sofrimentos (decorria a semana santa). Afirmação a partir da qual formulo um espontâneo pedido ao Senhor para que, já que existe, associe ao seu sofrimento o Padre Livio e toda a Rádio Maria...

Uma cientista, um intelectual e um padre, três ateus que de maneira diferente falaram de deus - mas de qual deus? Qual é o Deus que recusam, o Deus que os deixa indiferentes, que não conhecem ou que manipulam?

Qual Deus?

Com o Concílio Vaticano II, na Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, Gaudium et Spes, tratando do ateísmo, lê-se que «os próprios crentes, muitas vezes, têm responsabilidade neste ponto. Com efeito, o ateísmo, considerado no seu conjunto, não é um fenómeno originário, antes resulta de várias causas, entre as quais se conta também a reacção crítica contra as religiões e, em alguns países, principalmente contra a religião cristã. Pelo que os crentes podem ter tido parte não desprecianda na génese do ateísmo, na medida em que, pela negligência na educação da sua fé, ou por exposições falaciosas da doutrina, ou ainda pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social, se pode dizer que, mais do que revelarem, acabaram por esconder o autêntico rosto de Deus e da religião.» (GS 19).

Por isso, segundo o Concílio, a responsabilidade dos crentes é grande: se há muitos que não acreditam, em boa parte isso deve-se à impossibilidade de acreditar num Deus impossível apresentado pelos cristãos, atendendo sobretudo à prática de uma vida incoerente. É evidente que, quando o homem descobre que é melhor que o deus no qual é convidado a acreditar, nasce a rejeição de um Deus que até poderá ser que exista, mas que não influencia em nada a existência dos homens.

Procuraremos então compreender o que dizemos quando falamos de Deus: quem é, como é e qual é “o deus que não existe”?

Omnipotente?

Uma das imagens de Deus mais objectivamente responsáveis pelo ateísmo ou pela indiferença, é certamente a da sua Omnipotência, normalmente entendida como se Deus pudesse fazer tudo o que quer, senão que Deus seria?!... (É sintomática a expressão “se fosse o Pai eterno!...”, em que se alude a uma potência sem limites.

As pessoas perguntam-se como será possível conciliar a ideia de um Deus onipotente face aos males que afligem a humanidade, apontando a evidente contradição:

- se Deus é onipotente não é bom porque, podendo intervir, permanece indiferente à imensa dor dos seus filhos.

- se é bom então não é onipotente porque a sua bondade não parece ter importância na vida de cada dia.

Se Deus é onipotente, ou seja, se pode fazer tudo, por que não intervém?

Não diz o provérbio que “não cai folha sem que Deus o queira”? Não depende tudo dele? Se não cai folha sem que Deus o queira, não nos resta senão aceitar os males, as doenças, os sofrimentos e a morte como inapeláveis decisões da vontade divina (esperando que não exagere) e professar a fé num Deus mais temido do que amado, exclamando: “seja feita a tua vontade” ou, então, como o resignado Job: «O Senhor o deu, o Senhor o tirou, seja bendito o nome do Senhor.» (Job 1,21).

Para procurar compreender ou justificar a vontade deste Deus utiliza-se a fórmula “Deus não quer o mal mas permite-o”. E, todavia, ninguém que tenha a capacidade e o poder, alguma vez permitiria o mal que não quer!...

Dos deuses pagãos ao Deus dos Hebreus

Ainda hoje, entre crentes ou não, a imagem que se tem de Deus associa-se mais às divindades do mundo pagão do que àquele a quem Jesus de Nazaré chamava seu Pai.

Deus é o nome comum a todas as religiões, mesmo as do mundo pagão - divindades que influenciaram e, ainda hoje, continuam a influenciar a imagem do Deus dos cristãos.

No mundo pagão a relação com a divindade não era concebida como amor. Nunca um pagão pensou ser alvo de amor por parte do seu deus!... O atributo essencial dos deuses era o seu poder e o extremo ciúme dos seus privilégios (imortalidade, felicidade) perante os humanos. Imortal era sinónimo de Deus e, acerca da felicidade, os deuses eram os bem-aventurados que viviam “todos os dias na alegria” (Hom. Od. 6,42).

Qualquer aspecto de felicidade humana que ultrapassasse determinados limites, era considerado como uma manifestação de arrogância que devia ser inexoravelmente castigada. Por isso a atitude do pagão perante os deuses era de grande temor e todas as suas acções se orientavam no sentido de evitar o castigo dos deuses.

A oração pagã era mais uma fórmula supersticiosa do que uma expressão de fé (um pouco como a Avé-Maria recitada antes de dormir... pois nunca se sabe!) e o sistema religioso consistia num conjunto de ritos destinados a aplacar a ira dos deuses e a evitar os seus castigos. Não é este o sentimento que muitos cristãos têm para com o seu Deus? A prova é a frase que se ouve dizer: “Corria tudo bem demais. Sentia que estava para acontecer alguma coisa” - uma desgraça qualquer enviada por Deus que se apercebeu da felicidade da pessoa que escapou à lei do sofrimento. O “vale de lágrimas” em que está encerrada a humanidade!...

Para muitos crentes, e não só, é mais fácil associar Deus à dor do que à felicidade; ao sofrimento mais do que à alegria (e, para muitos teólogos, se lhes retirarem a dor e o sofrimento não sabem mais o que dizer de Deus). Para muitos, Deus continua sendo ciumento da felicidade dos humanos e, por esse motivo, tem uma cruz reservada para cada pessoa (todos temos a nossa cruz ...) que não pode fugir dela, senão encontrará uma ainda mais pesada. E ninguém se deve queixar porque o tamanho dela está em conformidade com os ombros!... Ainda hoje se ouve

dizer aos crentes que certas pessoas, com a sua santidade, são os pára-raios da igreja - Deus é comparado ao temível Júpiter.

O caminho da Bíblia

Examinemos o rosto de Deus que emerge da Bíblia.

O processo que conduziu o povo de Israel ao monoteísmo, à fé num único Senhor - Yahvé - foi longo, difícil e contrastado. Aquele que encontramos descrito no Livro do Êxodo, revelando-se a Moisés no monte Sinai como a única divindade, é, na realidade, o ponto de chegada de uma tradição espiritual que, pouco a pouco, fez estrada no coração dos israelitas, ultrapassando dúvidas, repensamentos e traições. Nos profetas é denunciada com frequência a veneração de divindades estrangeiras (Jr 44), muitas vezes dentro do próprio Santuário de Deus (Jr 7).

Neste processo de descoberta da fé num único Deus, fizeram-se confluir num único Senhor, funções e nomes de divindades menores. Destas fusões nasceu o termo “Omnipotente”, desconhecido na Bíblia hebraica. De facto, na figura de JHWH estão incluídas duas divindades: Zebaoth, ou seja, fileiras celestes consideradas animadas, e Shaddaj, o deus das montanhas. Estes dois nomes são absorvidos e feitos próprios em Deus, que vem apresentado como JHWH Zebaoth (Senhor dos exércitos - 279 vezes) e como Shaddaj (47 vezes), nome de divindades dos montes, cujo significado é incerto (talvez aldeão dos montes do acádio shadda’u ou, então, campestre, do hebraico Shadeh) e é utilizado sobretudo no livro de Job.

Jerónimo, encarregado em 380, pelo papa Dâmaso, de traduzir a Bíblia do hebraico para a língua latina, perante estes dois nomes difíceis de interpretar, traduziu os dois por “Deus Omnipotens” (Gn 17,1; 1 Sam 4,4) interpretando assim a tradução grega dos LXX que tinha traduzido os dois por pantokrator, “Senhor de tudo/Soberano universal. Pantokrator encontra-se 10 vezes no NT sobretudo como citação do AT (em 2 Cor 6,18 como citação de 2 Sam 7,14) e em diversas passagens do Apocalipse (9 vezes).

Não cai folha ...

Da imagem de um Deus onnipotente nasceu o ditado de que “não cai uma folha sem que Deus o queira”. Este falso provérbio que tanto influenciou uma determinada espiritualidade desviada e desviante e é responsável pelo abandono da fé de muitas pessoas provadas pela vida, tem a sua origem numa errada tradução dum trecho do evangelho de S. Mateus: “Não se vendem dois pássaros por uma pequena moeda? E nem um deles cairá por terra sem o consentimento do vosso Pai! (Mt 10,29).

Esta tradução não é fiel ao texto grego onde se lê que “nem um deles cairá por terra sem o vosso Pai” e que a tradução latina (Vulgata) traduziu por “sine Patre vestro” e a Bíblia de Jerusalém acertadamente traduziu: “sem que o saiba (à l’insu)”. Interpretação confirmada pela passagem paralela no evangelho de Lucas onde se lê que “nenhum deles passa despercebido diante de Deus “ (Lc 12,6).

É evidente a diferença de tradução e de significado: não a vontade do Pai, mas sem que o Pai o saiba. O evangelista, de facto, quer convidar à plena confiança num Pai que conhece os homens muito mais do que eles se conhecem a si (sabe até quantos cabelos têm na cabeça, Mt 10,30), e ao qual não escapa nada do que acontece, nem sequer às mais pequenas criaturas, como na altura eram considerados os passarinhos pela cultura local.

É a partir desta imagem de um Pai que não é indiferente ao que acontece aos homens, mas que está sempre atento às necessidades de seus filhos; de um Pai que não intervém nas necessidades mas que as precede, que nasceu graficamente a figura do triângulo, símbolo trinitário, com o olho dentro. Esta representação deveria incutir confiança, sabendo que o que quer que seja que aconteça, estamos sob a protecção de Deus. Infelizmente a figura transformou-se em sinal de temor e medo: o olhar severo de um deus polícia que tudo controlava, tudo via e a quem nada

escapava. Um olho inflexível e sem piedade, sempre pronto para condenar e castigar, imagem de um Deus guardião cujo olhar perscrutava até debaixo dos lençóis.

E a cruz?

Intimamente unido à vontade de Deus, está o convite à aceitação do sofrimento visto como uma cruz enviada por Deus.

O convite a carregar a cruz encontra-se cinco vezes nos evangelhos e está sempre intimamente unido à sequela de Jesus, sempre proposto e nunca imposto. O apelo de Jesus dirige-se à livre vontade do homem: “Se alguém quiser” é a fórmula do seu convite (Mt 16,24).

O Senhor não quer sequazes constrangidos, resignados, mas pessoas livres, entusiastas que voluntariamente o sigam. É um convite, claríssimo nas suas consequências, o que Jesus faz. Não é uma imposição dirigida a todos, mas um convite a alguns: “Se alguém quiser vir comigo, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me.” (Mt 16,24).

Pode compreender-se melhor o sentido do convite de Jesus, traduzindo com a expressão: “quem não aceita perder a própria reputação...”. Porque é disto que se trata: a cruz era o suplício reservado aos desprezados, à escória da sociedade.

Jesus, que a ninguém ofereceu títulos, privilégios, ou lugares de honra, adverte os que o querem seguir de que, se não estiverem dispostos a aceitar que a sociedade civil e religiosa os considere como delinquentes; que o sistema que governa o mundo os declare pessoas indesejáveis, não o devem seguir. É inútil, porque “quando chega uma tribulação ou perseguição por causa da palavra, tropeçam” (Mc 4,17).

Por este motivo, deve ser chamado com seu nome o sofrimento, o luto, as doenças, as dificuldades da vida presente, não os confundindo com a cruz e muito menos atribuindo a responsabilidade a Deus. A cruz não é dada, mas é consequência de uma livre escolha feita pelo indivíduo que, acolhendo Jesus e a sua mensagem, aceita também as inevitáveis consequências de calúnias infames: “Se ao dono da casa chamaram Belzebu, o que não chamarão eles aos familiares!” (Mt 10,25)

Purificação do rosto de Deus

É por isso necessário eliminar do conceito de Deus todos aqueles resíduos deixados pelas tradições, superstições e devoções que desfiguram o seu rosto tornando-o irreconhecível.

Nas religiões antigas, o deus adorado é, muitas vezes, uma representação dos medos e das esperanças do homem, dos seus desejos de poder e das suas frustrações e, por isso, projectam-se na divindade o máximo das virtudes e dos defeitos humanos. O homem projecta na divindade o seu sentido de justiça, que reconhece limitado, construindo um deus que castiga infalível e severamente as culpas dos homens. À justiça dos homens contrapõe-se a justiça divina. Se à primeira é possível fugir, à segunda não. “Não fugirá à justiça de deus” dizem satisfeitos os que não aceitam um Deus capaz de amar até os maus.

Para garantir o favor e a benevolência deste deus, o homem priva-se até do que lhe é mais necessário e importante para o oferecer à divindade, colocando em paralelo o deus que pune e o deus que aceita os sacrifícios humanos. É uma relação com a divindade que reflecte a do servo para com o seu senhor: como o servo, o crente procura obter a benevolência do seu Senhor oferecendo-lhe o que tem de melhor.

No mundo hebraico, onde estão presentes estes múltiplos aspectos da divindade, iniciou-se uma lenta mas constante obra de purificação do rosto do único Senhor, que conflui na recolha de escritos chamados Bíblia. De modo particular, os autores dos textos sagrados procurarão corrigir duas imagens da divindade muito enraizadas no povo: o deus que castiga e que pretende sacrifícios.

O Senhor não castiga

Quando se lê a Bíblia é preciso conhecer o gênero literário. Mesmo utilizando as línguas modernas, uma coisa é redigir uma acta e outra escrever uma poesia. Quem lê um jornal desportivo, não espera encontrar o estilo de um jornal financeiro. Um pôr-do-sol pode ser descrito por um meteorologista e por um poeta.

Nunca se deve esquecer esta realidade quando abordamos um texto bíblico, para poder distinguir o que o autor quer dizer e a maneira, ou estilo, com que o faz. O que o autor quer dizer é sempre válido, a maneira como o diz pertence à sua cultura e ao estilo literário do seu tempo, etc. Quando não se tem em consideração esta realidade, a mensagem torna-se incompreensível e, muitas vezes, mistificada.

Um exemplo claro é o famoso episódio do dilúvio universal.

Para o homem da Bíblia, todos os fenómenos atmosféricos provenientes do céu, sede da divindade, tinha relação com Deus. Sol e chuva, nuvens e vento, relâmpagos e trovões (Sl 144,6) eram instrumentos com os quais Deus castigava ou premiava os homens (Am 4,7).

Com a narração do dilúvio (Gn 6-9), o autor pretende corrigir a crença que coloca em relação fenómenos atmosféricos com a ira divina, assegurando o Senhor que “não mais criatura alguma será exterminada pelas águas do dilúvio e não haverá jamais outro dilúvio para destruir a Terra.» (Gn 9,11) Para provar a verdade desta declaração, o Senhor depõe as armas. O instrumento que servia para lançar as setas e punir os homens (Hab 3,9-10) é definitivamente deposto. O arco do Senhor não só não será mais utilizado para castigar as pessoas como se transformará no sinal da aliança entre Deus e a humanidade: “coloquei o meu arco nas nuvens, para que seja o sinal da aliança entre mim e a Terra.” (Gn 9,13).

Não quer sacrifícios humanos

Em Jerusalém, a sul do Templo, existe ainda hoje o Vale da Geena. Este lugar era utilizado na antiguidade para o sacrifício de crianças ao deus Molok, divindade fenícia (Jer 7,31). Sacrificar filhos à divindade era considerado normal (Jz 11,34-39). As crianças não eram sujeito de qualquer consideração e não tinham qualquer valor. Como diz o Talmud “a unha dos pais é mais importante do que o estômago dos filhos” (Ber r. 45,8).

O episódio bíblico conhecido como sacrifício de Isac (Gn 22,1-19), pretende modificar a imagem de Deus, fazendo compreender que se outras divindades exigiam o sacrifício dos filhos, o Deus de Israel, Yahvé, não. O que pede a Abraão para sacrificar o filho, é Elohîm, nome comum da divindade: “Elohîm colocou à prova Abraão” (Gn 22,1) pedindo-lhe para lhe oferecer em holocausto o seu único filho.

O que impede o sacrifício não é Elohîm, mas Yahvé, o Deus de Israel: “O mensageiro de Yahvé disse: «Não levantes a tua mão sobre o menino e não lhe faças mal algum”(Gn 22,12).

O significado da narração é claro: enquanto as outras divindades (Elohîm) pedem sacrifícios humanos, Yahvé, o Deus de Israel, não os aceita.

Não quer sacrifícios

Na continuação do conhecimento de Deus, chegar-se-á a afirmar que não só Deus não aceita sacrifícios humanos como não pede qualquer tipo de sacrifício: “Porque Eu quero a misericórdia e não os sacrifícios, o conhecimento de Deus mais que os holocaustos”. (Os 6,6; Mt 9,13; 12,7).

No livro do profeta Isaías, pode-se ler uma das páginas mais violentas contra os sacrifícios e o próprio culto: “De que me serve a mim a multidão das vossas vítimas? - diz o Senhor. Estou farto de holocaustos de carneiros, de gordura de bezerros. Não me agrada o sangue de vitelos,

de cordeiros, nem de bodes. Quando me viestes prestar culto, quem reclamou de vós semelhantes dons, ao pisardes o meu santuário? Não me ofereçais mais dons inúteis: o incenso é-me abominável; as celebrações lunares, os sábados, as reuniões de culto, as festas e as solenidades são-me insuportáveis. Abomino as vossas celebrações lunares e as vossas festas; estou cansado delas, não as suporto mais. Quando levantai as vossas mãos, afasto de vós os meus olhos; podeis multiplicar as vossas preces, que Eu não as atendo. É que as vossas mãos estão cheias de sangue.” (Is 1,11-15).

O PERIGOSO JESUS

O tempo finalmente amadureceu para a revelação plena e definitiva do rosto de Deus por obra do Filho Jesus. Mas quem é Jesus? É um indivíduo extremamente perigoso. Para o prenderem é organizada uma grande operação de polícia. É utilizado “o destacamento com o comandante e os guardas das autoridades judaicas “ (Jo 18,12). O destacamento tinha entre 600 e 1000 soldados ao serviço do procurador romano. A guarda ao serviço do Templo de Jerusalém, era composta por aproximadamente 200 homens às ordens do sumo-sacerdote. O destacamento cuidava da ordem na cidade de Jerusalém enquanto a guarda estava ao serviço do Templo.

Entre o destacamento e a guarda havia profunda rivalidade e, aos membros do destacamento, estava proibido o acesso ao Templo. Destacamento e guarda uniram-se para prenderem Jesus. Utilizar mais de mil homens armados para prender um único indivíduo que, não só não opôs resistência mas se entregou, significa que essa pessoa era considerada extremamente perigosa. Quem era e que tinha feito este galileu tão perigoso?

As suas credenciais são miseráveis. No mundo judaico, o documento mais antigo que fala de Jesus define-o como “o bastardo de uma adúltera” (Yeb. M. 4,13), executado “porque tinha praticado a feitiçaria, seduzido e desviado Israel” (Sanh. B. 43 4^a).

A situação não melhora muito nos evangelhos dos quais ressalta que os próprios familiares de Jesus não tinham nenhuma consideração por este seu estranho familiar (“com efeito, nem sequer os seus irmãos criam nele” Jo 7,5). Para eles era um louco que deviam tirar de circulação por ser a desonra da família: “quando os seus familiares ouviram isto, saíram a ter mão nele, pois diziam: «Está fora de si!» (Mc 3,21).

O juízo negativo do seu clã familiar é confirmado:

- pelas autoridades religiosas que acrescentam mais um motivo religioso: o de estar possuído pelo demónio «Ele tem demónio e está louco. Porque lhe dais ouvidos?» (Jo 10,20; 8,52; Mc 9,30);

- pelos escribas, teólogos oficiais da instituição religiosa judaica, para os quais Jesus é “blasfemador” (Mt 9,3) e, como tal, merecedor da pena de morte. Para eles, o que Jesus realiza deve-se ao facto de que «Ele tem Belzebu!» E ainda: «É pelo chefe dos demónios que expulsa os demónios.» (Mc 3,22);

- pelos sumo-sacerdotes e fariseus para os quais “é um impostor” (Mt 27,63);

- pela multidão para a qual Jesus é um que “engana a gente” (Jo 7,13); Jesus era um perigo público que era preciso eliminar rapidamente, antes que a sua mensagem se divulgasse entre o povo; “Se o deixarmos assim, todos irão crer nele e virão os romanos e destruirão o nosso Lugar santo e a nossa nação.» (Jo 11,48).

Jesus conseguiu desiludir até João Baptista que o tinha apontado como o Messias esperado. Constatando que Jesus se comporta de maneira diferente do Messias justiceiro que ele tinha anunciado ao povo, enviou-lhe um ultimato que mais se assemelha a uma retratação: “És Tu aquele que há-de vir, ou devemos esperar outro?» (Mt 11,3).

Até boa parte dos seus discípulos, depois de conhecerem o programa desse estranho Messias, o abandonaram: “A partir daí, muitos dos seus discípulos voltaram para trás e já não andavam com Ele.” (Jo 6,66). O quadro é desolador: ficaram os Doze, mas um “é um diabo” (Jo 6,70) e entre os demais “há alguns que não crêem” (Jo 6,64).

Quando finalmente as autoridades o conseguiram capturar, entregaram-no a Pilatos com a acusação, tanto pelos chefes religiosos como pela sua gente, de ser um malfeitor: “Se Ele não fosse um malfeitor, não to entregaríamos” (Jo 18,30).

É a falência total para este profeta conhecido do povo como “um glutão e bebedor de vinho, amigo de cobradores de impostos e pecadores!” (Mt 11,19) “gente essa, que não conhece a Lei e é maldita” (Jo 7,49) por causa dos quais o Reino de Deus tarda em vir.

Porquê tanta repulsa à volta da figura de Jesus? O que disse e fez de tão grave para atirar sobre si contemporaneamente desconfiança, hostilidade e raiva homicida que o levarão à mais completa solidão?

- abandonado pelos familiares;
- atraído por discípulos;
- ridicularizado pelos romanos e autoridades religiosas;
- condenado à morte na cruz reservada aos malditos de Deus (Dt 21,23).

Para compreender o que fez Jesus e por que o fez, é necessário compreender quem era ou, melhor, quem não era este carpinteiro de Nazaré da Galileia.

- Jesus não era um piedoso judeu nem um reformador vindo para purificar a religião ou o Templo, como se esperava que fizesse o Messias.
- Jesus veio para eliminar o Templo e a religião.
- Jesus não é, sequer, um profeta enviado por Deus.
- Jesus tentou fazer, e fez, o que nenhum profeta ou reformador religioso jamais fizera.

Profetas e reformadores são indivíduos carismáticos, capazes de dilatar ao máximo a sua experiência do sagrado e de a formular com novas modalidades. Inicialmente, as suas expressões não são entendidas, sendo até obstruídas e perseguidas, mas, depois, com o passar do tempo, aceitas e assimiladas e até impostas.

Jesus foi mais além. Jesus não se moveu no âmbito do sagrado. Saiu!...

Jesus não só ignorou, na prática de vida e no ensino, tudo o que era considerado sagrado, como o desenraizou e, enquanto tal, colocou em evidência a podridão das suas raízes. Para Jesus a religião não só não permitia a comunhão com Deus, mas, antes, impedia-a. A instituição religiosa, em vez de favorecer, obstaculizava a relação com Deus. Foi este o delito de Jesus. O seu crime foi o de ter aberto os olhos à gente, ter mostrado o “rei nu” da impostura chamada religião.

Foi por isso que o assassinaram!...

Jesus foi morto pela instituição religiosa judaica com o pleno consentimento dos romanos, porque o Sumo-sacerdote e o Procurador viram em Jesus aquele que destruindo as bases sagradas que regiam a sociedade, teria destruído o seu mundo.

Jesus pode fazer tudo isto porque era o Homem-Deus, manifestação visível do Deus invisível, o único que podia mudar a relação entre os homens e o Pai. Nos evangelhos, Jesus é definido tanto por Filho de Deus como por Filho do Homem. As duas definições completam-se: Jesus é o Filho de Deus porque nele se manifesta Deus na condição humana. É Filho do Homem porque Jesus é o homem com a condição divina.

No fim do Prólogo do seu evangelho, S. João escreve: “A Deus jamais alguém o viu. O Filho Unigénito, que é Deus e está no seio do Pai, foi Ele quem o deu a conhecer.” (Jo 1,18).

Afirmado que Jesus é aquele que revelou aos homens o rosto do Pai (Jo 1,18), João convida os leitores a prestar atenção à pessoa de Jesus, pois só nele se pode conhecer o verdadeiro rosto de Deus. Para João não se deve partir duma ideia preconcebida de Deus para depois concluir que Jesus é exactamente igual a Ele. O ponto de partida não é Deus, mas Jesus. Não é Jesus que é igual a Deus, mas Deus que é igual a Jesus.

Qualquer imagem de Deus que não corresponda e não coincida com o que Jesus disse e fez, é uma imagem não exacta, errada, que deve ser eliminada. Jesus condiciona o conhecimento do Pai ao conhecimento de si: “Se ficastes a conhecer-me, conhecereis também o meu Pai. E já o conheceis, pois estais a vê-lo” (Jo 14,7).

Condiccionando o conhecimento do Pai ao seu, Jesus faz compreender que este conhecimento, dinâmico e contínuo, conduz a um processo de plenitude vital. Quanto mais é verdadeira e autêntica a adesão a Jesus, maior é a possibilidade do conhecimento do Pai.

Um dos discípulos, Filipe, não compreende as palavras do seu mestre e continua a distinguir Jesus do Pai: “Disse-lhe Filipe: «Senhor, mostra-nos o Pai, e isso nos basta!» Jesus disse-lhe: «Há tanto tempo que estou convosco, e não me ficaste a conhecer, Filipe? Quem me vê, vê o Pai. Como é que me dizes, então, 'mostra-nos o Pai'?»” (Jo 14,8-9).

A tradição religiosa sobre Deus pode condicionar de tal forma um indivíduo até ao ponto de lhe impedir de fazer a experiência do Pai. Filipe, apesar de ter estado tanto tempo com Jesus, não tinha compreendido a sua identidade. Não tinha compreendido que em Jesus se manifestava o Pai.

Jesus é a única fonte para conhecer Deus (Jo 1,18): o Pai é exactamente como Jesus. Com Jesus já não é necessário procurar Deus. Quem procura Deus coloca-se à procura duma divindade mais imaginária que real e não chega nunca à sua meta. Com Jesus já não é preciso procurar Deus mas acolhê-lo.

Enquanto a procura é abstracta e longínqua, tal como é abstracta e confusa a imagem que se tem de Deus, o acolhimento é concreto e imediato.

Não se trata de procurar Deus, mas de o acolher e, com ele e como ele, orientar a própria existência a favor dos outros.

Declarando que a Deus nunca ninguém o viu, o evangelista contradiz quanto a própria Escritura afirmava. Na Bíblia está claramente expresso que muitas personagens viram Deus: Moisés e Aarão, Nabad, Abiu e setenta anciãos no momento da conclusão da aliança no Sinai: “Contemplaram o Deus de Israel e, depois, comeram e beberam.” (Ex 24,10-11; 33,11; Nm 12,6-8; Dt 34,10).

Com a sua afirmação, o evangelista relativiza a importância dessas outras afirmações. Nunca ninguém viu a Deus. Por isso, todas as descrições que foram feitas são parciais, limitadas e, por vezes, falsas.

Excluindo toda a gente, o evangelista exclui também Moisés. Não tendo Moisés visto Deus, também a lei que transmitiu não pode reflectir a plenitude da vontade divina. Por isso, a lei, não só não favorece o conhecimento de Deus mas é um obstáculo para o seu conhecimento.

No mesmo prólogo, o evangelista escreve que “a Lei foi dada por Moisés, mas a graça e a verdade vieram-nos por Jesus Cristo.” (Jo 1,17)

A Lei, tornando-se insuficiente para exprimir a ligação do homem com Deus, é substituída por uma comunicação incessante de graça e verdade, o amor fiel com o qual o Pai deseja entrar em comunicação com os homens.

Para exprimir esta profunda mudança na união com Deus, era necessário um novo relacionamento (Aliança) que substituísse o antigo.

Enquanto Moisés, “servo de Deus (Ap 15,3), propôs ao povo de Israel um relacionamento com Yahvé semelhante ao de servos para com o seu Senhor (“Vós servireis Yahvé”), Jesus, “filho de Deus” (Mc 1,1), inaugura a nova relação entre filhos e seu Pai, baseada numa incessante comunicação de amor: “como o Pai me tem amor, assim Eu vos amo a vós” (Jo 15,9; 14,21.23).

A condição do homem na relação com Deus, já não é a de servo para com o seu Senhor, mas a de filho para com um Pai que o convida a atingir a condição divina. E como Jesus não é servo de Deus mas “filho do Pai” (Jo 1,3), igualmente os que lhe dão a sua adesão não serão seus servos (Jo 15,15), mas enquanto filhos do mesmo Pai, irmãos que com ele e como ele são chamados a colaborar no projecto de Deus para com a humanidade (Mt 28,10).

Se na primeira Aliança a relação com Deus estava baseada na obediência à sua Lei, na nova Aliança a relação do filho com o Pai baseia-se na semelhança com o seu amor (Mt 5,48; Lc 6,35). É sintomático que a obediência, instrumento de todas as religiões para submeter os fiéis à doutrina imposta, não apareça na mensagem de Jesus. Jesus nunca pede para obedecer a Deus, nem a si, e muito menos a alguém.

O Deus que Jesus revelou é expresso com a definição presente no Novo Testamento: “Deus é Amor” (1 Jo 4,8.16). Deus é Amor e o amor pode só ser oferecido, senão deixa de o ser e torna-se violência. Deus é Amor e este não se pode manifestar através de leis e doutrinas, mas só através de obras que comuniquem este amor.

Eis o motivo por que Jesus no seu agir se deixou sempre guiar pelo amor do Pai e não pelo respeito das leis.

Todas as vezes que teve de decidir entre a obediência à Lei de Deus e o bem do homem, nunca teve a mínima hesitação e escolheu sempre o bem do homem: amando as pessoas tem-se a certeza de amar a Deus (1 Jo 4,7-16), honrando o homem honra-se a Deus. Muitas vezes, para tributar honra a Deus e à sua lei, desonra-se ou faz-se sofrer o homem.

A Lei nos evangelhos é sempre um instrumento nas mãos da autoridade religiosa para dominar e submeter o povo. São essas autoridades que invocam a Lei de Deus, Lei que é sempre a seu favor e nunca a favor do povo.

O rosto deste Deus-Amor será dado a conhecer por Jesus com o nome de Pai (Mt 6,9). Enquanto o nome Deus é específico de todas as religiões, Pai é o específico da fé cristã.

O Deus que já não existe

Se podemos conhecer o pai só a partir da acção e ensinamentos de Jesus, a imagem de Deus que transparece é profundamente diferente daquela das divindades das religiões.

O Deus que em Jesus se manifesta, não premeia os bons e castiga os maus, mas a todos sem distinção transmite o seu amor, “porque Ele é bom até para os ingratos e os maus” (Lc 6,35).

Deus não ama os homens porque são bons mas porque Ele é amor!...

Ser amado por Deus, não depende do comportamento ou da resposta do homem mas da benevolência do Senhor - bondade que se dirige a cada pessoa sem excluir ninguém. Pedro declarará que “Deus mostrou-me que não se deve chamar profano ou impuro a homem algum”. (Act 10,28).

A “Glória a Deus no mais alto dos céus” realiza-se sobre a terra na “paz na terra aos homens que Ele ama” (Lc 2,14).

É preciso notar que, no passado, uma visão religiosa do relacionamento com Deus e os homens, baseada sobre o mérito, conseguiu desvirtuar este versículo de Lucas que foi traduzido “paz na terra aos homens de boa vontade”. A paz era só para aqueles que a mereciam. Não, a paz, palavra que inclui tudo o que concorre para a felicidade do homem, não está reservada por Deus aos homens de boa vontade, mas a todos os homens enquanto objecto do seu amor.

Com Jesus o amor de Deus não se merece mas acolhe-se. O Pai não ama o homem segundo os seus méritos mas segundo as suas necessidades. Quanto mais o homem é carente, mais o Pai se sente irresistivelmente atraído em lhe manifestar o seu amor (Lc 18,9-14).

O acolhimento desta imagem do Pai determina a passagem da religião à fé, da obediência à semelhança, do mérito ao dom, do prémio à prenda.

O que Jesus proclamou e praticou com a sua atitude para com os pecadores, desencadeou grande mal-estar entre as pessoas pias e os guardiões da tradição.

Os bem-pensantes protestam porque pensam que se não se apresentar um Deus que censura e castiga os maus... “vamos acabar aonde?”

Se não se incutir medo aos pecadores com as penas do castigo, se não se sentirem intimidados com ameaças por parte de Deus, já não há mais religião!...

Graças a Jesus acabou a religião e começou a fé: não mais o que o homem deve fazer para obter o amor de Deus, mas a resposta do homem ao amor que o Pai comunica a cada homem.

O culto a Deus

A novidade sobre Deus trazida por Jesus, foi também a causa da sua morte: Jesus, o “Deus conosco” (Mt 1,23), demonstrou através do ensinamento e na prática, que o Pai manifesta o seu amor colocando-se ao serviço dos homens.

A imagem de um Deus ao serviço dos homens desenraizou o conceito de religião baseado no serviço dos homens a Deus e atirou contra Jesus um ódio mortal por parte da sociedade, sobretudo por parte das autoridades que baseavam nela o seu poder e o próprio prestígio, e do povo que se sentia protegido pela prática da religião.

O rosto de Deus que Jesus propôs, era completamente desconhecido no panorama religioso de então e assinala a passagem definitiva da religião para a fé: já não o homem ao serviço de Deus, mas Deus ao serviço do homem, um Deus que “não veio para ser servido mas para servir” (Mc 10,45; Mt 20,28).

Nas religiões é ensinado que o homem tem como dever principal o de servir a Deus (Dt 13,5): Deus é sempre apresentado como soberano muito exigente que continuamente exige das pessoas bens materiais (“Trarás à casa do Senhor, teu Deus, os primeiros frutos das primícias do teu solo. Ex 23,19), tempo (Ex 20,8-11) e energias (Dt 6,5), num serviço prestado principalmente através do culto.

O Pai que Jesus deu a conhecer é um Deus que em vez de tirar, dá; que não diminui mas potencia o homem.

A imagem de um Deus ao serviço dos homens é para Jesus de tal forma importante que, na última ceia, depois de fazer dom de si como alimento vital para os seus (pão e vinho), declara: “Eu estou no meio de vós como aquele que serve” (Lc 22,27). O serviço é a actividade que revela a identidade de Jesus e o torna presente e reconhecível depois de ressuscitado: “E eles contaram o que lhes tinha acontecido pelo caminho e como Jesus se lhes dera a conhecer, ao partir o pão” (Lc 24,35; Gv 21,9-14).

O Deus que Jesus deu a conhecer aos seus discípulos, não se comporta como um soberano mas como servo dos homens. Revertendo lógica e hábitos, Jesus comparará Deus a um patrão que, reentrando em casa noite adentro, depois de longa viagem, e encontrando os servos ainda acordados, em vez de se fazer servir “mandará que se ponham à mesa e há-de servi-los.” (Lc 12,37). Deus não quer os homens ao seu serviço, mas com ele e, como ele, quer-os ao serviço dos outros.

O Pai de Jesus é um Deus que coloca toda a sua força de amor à disposição dos homens para os elevar ao seu mesmo nível. Por isso, na última ceia, Jesus, “o Senhor”, faz um trabalho de servo para que os servos se sintam senhores (Jo 13,1-17). Sinal de acolhimento, o lavar os pés ao hóspede era tarefa dos inferiores para com os superiores; do escravo não hebreu para com o seu patrão; da mulher para com o marido; dos filhos para com o pai (1 Sam 25,41) e dos discípulos para com seu mestre.

Lavando os pés aos discípulos, Jesus, o Homem-Deus, demonstra que a verdadeira grandeza não consiste em dominar, mas em servir os outros. Jesus, colocando-se no último lugar não só não perde a dignidade mas manifesta a verdadeira, a divina: “Sou Eu mesmo, o Senhor, que sou o primeiro, e estou também com os últimos.” (Is 41,4). Jesus não se rebaixa mas eleva os outros.

O homem manifesta a sua dignidade, não quando é servido mas quando se coloca voluntariamente ao serviço dos outros.

O Deus de Jesus não absorve as energias dos homens, mas comunica-lhes as suas. É um Deus que pede para ser acolhido, para se fundir com o homem e dilatar a existência numa dimensão que não será interrompida nem sequer pela morte.

Quando o homem acolhe sem reservas a acção contínua criadora do Pai, sente renascer em si capacidades desconhecidas de dons vitais que, acolhidos e transformados em acções concretas a favor dos outros, o colocam em perfeita sintonia com o seu Senhor, transformando-se numa só coisa com ele (“eu neles e Tu em mim, para que eles cheguem à perfeição da unidade” (Jo 17,23).

Terminou a época dos templos, acabou o tempo dos santuários. O único santuário no qual se manifesta o amor de Deus é o homem. Nos antigos santuários os homens podiam entrar só em determinadas condições e, de facto, muitos eram excluídos porque considerados impuros ou indignos; no novo santuário, a comunidade de Jesus não espera que os homens se aproximem, mas será ela a ir ao encontro deles, especialmente de quantos se consideram excluídos ou recusados por Deus, para lhes mostrar o amor de um Deus que a todos oferece amor incondicional.

Este é o Deus de Jesus. Qualquer outra imagem pertence ao “deus que não existe”!...

Frei Alberto Maggi

Ancona, 12 maggio 2009. Conferenze al palazzo Bottoni - Unione degli Atei e degli Agnostici Razionalisti (UAAR)

(Traduzido por P. Rocha com a colaboração de José Louvado)